



“Fatos diversos” e o cotidiano das pessoas espoliadas em São Paulo nas páginas de grandes periódicos (1870-1920)

Carolina Oliveira Ressurreição*

RESSUREIÇÃO, C. O. “Fatos diversos” e o cotidiano das pessoas espoliadas em São Paulo nas páginas de grandes periódicos (1870-1920)

História Social, v. 19 n. 27/28, 2024, pp. 210-249.

<https://doi.org/10.53000/hs.v19i27/28.5298>

Resumo: Pessoas empobrecidas são pouco comuns nas narrativas tradicionais de história e memória da cidade, mas muito comuns nas páginas dos jornais. Aproveitando-se do interesse sensacionalista na vida de pessoas espoliadas que a imprensa cultivava há pelo menos um século, esse artigo discute o uso de periódicos como documento para a escrita da história do cotidiano da cidade, com especial interesse nesses sujeitos subalternizados. Considerando a questão territorial como um vetor importante da disputa social e econômica em São Paulo, a espacialização desses sujeitos na região central da urbe na virada do século XIX para o XX funcionou como recorte geográfico, mas também como elemento analítico.

Palavras-chave: Cotidiano. Subalternidade. São Paulo.

* Doutorado em andamento em História na Universidade Federal de São Paulo. Idealizadora do projeto História da Disputa: Disputa da História.



“Miscellaneous News” and the daily lives of dispossessed people in São Paulo in the pages of major newspapers (1870-1920)

Carolina Oliveira Ressurreição

Abstract: Impoverished people are uncommon in traditional narratives of the city’s history and public memory, but very common in the pages of newspapers. Taking advantage of the sensationalist interest in the lives of dispossessed people that the press has cultivated for at least a century, this article discusses the use of newspapers as documents for writing the history of the city’s daily life, with a special interest in these subalternized subjects. Considering the territorial issue as an important vector of social and economic dispute in the city of São Paulo, the spatialization of these subjects functioned as a geographic snippet, but also as an analytical element.

Keywords: Everyday life. Subalternity. São Paulo.

O que conta o jornal

Até 1876 uma pessoa recém-chegada em São Paulo não poderia simplesmente comprar um jornal para se informar sobre a rotina da cidade, posto que a venda avulsa era indesejada por jornais “respeitáveis”, disponíveis até então apenas por assinatura. A partir dessa data, quando Bernard Gregoire – já experiente com a distribuição de jornais na Europa – iniciou a venda volante de *A Província de São Paulo*, passou a ser possível cruzar com italianinhos que anunciavam aos gritos a edição diária desse e de outros periódicos já no desembarque nas estações de trem. A circulação de notícias, e a relação dos periódicos impressos com seu público sofreram, a partir dessa inserção no cotidiano, uma importante transformação. A venda avulsa de jornais não foi apenas uma inovação, mas reflexo de uma sociedade em mudança.

No período que aqui nos interessa, a virada do século XIX para o século XX, a relevância da imprensa cresce assim como o número de leitores, acompanhando uma tendência cultural e tecnológica que igualmente se observava em outros setores sociais. Segundo Heloísa Cruz, com dados de Joseph Love, “entre 1890 e 1920 o estado de São Paulo saltaria do 10º para o 2º lugar em termos de índices de alfabetização da população”². Os próprios jornais, de olho no crescimento de seu público consumidor, contribuiriam para esse processo; como o *Correio Paulistano*, que oferecia aulas noturnas de alfabetização em seu edifício³.

A revolução das máquinas que o mundo observava também se operou nas redações dos jornais: na tipografia, por exemplo, como resultado da demanda diversa por impressos, o aperfeiçoamento técnico das máquinas e seus operadores possibilitou o aumento de tiragens e a diminuição do preço de oferta ao público. Já através do uso dos telégrafos, acelera-se a velocidade da notícia e espraio de informações. Assim,

² CRUZ, Heloisa de Faria. **São Paulo em papel e tinta**: periodismo e vida urbana 1890-1915. São Paulo: Educ; Fapesp; Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial SP, 2000, p. 67.

³ *Correio Paulistano*, 13/01/1912, p. 6.

“a organização mercantil da produção transforma definitivamente o livro e o jornal em mercadoria, com o conseqüente aumento da circulação”⁴.

Nesse mesmo período, aderindo, com suas ressalvas, à diversidade de uma sociedade de massas,

a cidade intromete-se na imprensa. O crescimento da cidade, a diversificação das atividades econômicas, a ampliação do mercado e o desenvolvimento da vida mundana são incorporados às formas e conteúdos dessas publicações. Através de novas temáticas, personagens e linguagens, o processo social que transforma a cidade passa também a configurar as publicações⁵.

Como nos recorda Cruz, esses jornais não são simples retrato de um tempo na sociedade, mas força ativa da vida moderna, “muito mais ingrediente do processo do que registro dos acontecimentos”. Para a historiadora, “a imprensa periódica apresenta-se como foco fundamental de formulação, discussão e articulação de concepções, processos e práticas culturais e de difusão de seus projetos e produtos”⁶. Estudando suicídios nos jornais desse mesmo período, Valéria Guimarães aponta que “não era o *fait divers* de suicídios por amor um veículo para a ideologia nacionalista e eugênica, pura e simplesmente. Era ele também um vetor desta linguagem”⁷.

No processo de ocupação e disputa pelo território, os jornais, como se poderia esperar, não produzem notícias imparciais ou desinteressadas. Desde o Império já possuíam caráter doutrinário e não ofereciam a ilusão de imparcialidade, defendendo ideias e participando da regulação do espaço

⁴ GUIMARÃES, Valéria. Os dramas da cidade nos jornais de São Paulo na passagem para o século XX. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 27, n. 53, pp. 323-349, jun. 2007, p. 339.

⁵ CRUZ, Heloisa de Faria. **São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana 1890-1915**. São Paulo: Educ; Fapesp; Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial SP, 2000, p. 55.

⁶ CRUZ, Heloisa de Faria. **São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana 1890-1915**. São Paulo: Educ; Fapesp; Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial SP, 2000, p. 51.

⁷ GUIMARÃES, Valéria. **Notícias diversas: suicídios por amor, ‘leituras contagiosas’ e cultura popular em São Paulo nos anos dez**. São Paulo: Mercado das Letras, 2013, p. 234.

público⁸. Na virada do século, a imprensa segue como campo dinâmico e privilegiado de afirmação do horizonte cultural burguês e agente de disseminação de suas ideias e projetos, mas alarga suas proporções de interferência e alcance.

O jornal *A Província de São Paulo*, por exemplo, foi fundado em 1875 por Américo Brasiliense de Almeida Melo – anos antes de eleger-se vereador e, mais tarde, governador em São Paulo –, e Manuel Ferraz de Campos Sales – que por sua vez também seguiria carreira política, chegando à presidência da república. A Proclamação da República, anos mais tarde, motivou a mudança de nome do periódico, que passou a se chamar “O Estado de São Paulo”.

No caso do *Correio Paulistano*, o regime republicano também desencadeou mudanças, mas nesse caso de ideologia e provavelmente de humor. Antonio Prado, diretor do jornal desde 1882, o fez abolicionista em 1887 passando para a oposição dois anos depois enquanto monarquista já com os liberais no poder. No entanto, de acordo com Nelson Werneck Sodré, foi também o primeiro órgão a considerar irreversível o novo regime. Prado, ex-conselheiro do Império, seria prefeito de São Paulo por um período de doze anos, de 1899 a 1911. Em sua gestão, a cidade passaria por intensas transformações e a tiragem do jornal saltaria dos 850 exemplares no ano da proclamação para 8.500 exemplares em 1904⁹. Esse jornal existiu até 1963, mas já nos primeiros anos do século XX foi em muito ultrapassado pelo *O Estado*, que em 1910 chegaria aos 40 mil exemplares, então jornal de maior circulação em São Paulo¹⁰. Eduardo Prado, irmão do conselheiro, também teve seu próprio órgão de imprensa: em 1895 fundou o jornal *O Commercio de São Paulo*, de curta longevidade, mas nem por isso de menor influência.

⁸ LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 133.

⁹ SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 259.

¹⁰ CRUZ, Heloisa de Faria. **São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana 1890-1915**. São Paulo: Educ; Fapesp; Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial SP, 2000, p. 86.

Além da participação macro na política, os periódicos tinham seus interesses particulares na disputa pelo espaço urbano: ademais das demandas políticas de Antonio Prado no *Correio*, por exemplo, o *Estado de São Paulo* possuiria, a partir de 1912, oficinas gráficas na rua Vinte e cinco de março e oito prédios nos limites da Várzea do Carmo, na rua da Boa Vista e Ladeira Porto Geral¹¹.

Com a expansão das cidades e do número de leitores, a procura por informações do cotidiano cresce e é aberto espaço para um noticiário popular, que atingia um público vasto, como personagens da leitura e como público leitor. Dessa forma, o movimento das ruas interessava aos jornais enquanto seu espaço de circulação e como conteúdo de suas notícias, mas observar esse movimento e relatá-lo com as cores necessárias configurava-se como uma “obrigação” jornalística. Assim como a outros profissionais a quem se dava mais ouvidos, como advogados, médicos, políticos ou engenheiros, os homens de letras eram intimados, mesmo quando não se tratava de seus interesses específicos, a engajar-se com as demais autoridades na missão civilizadora de identificar e sanar os problemas apresentados com a urbanização¹², aproveitavam o jornalismo para pagar suas contas, enquanto a literatura não rendia tanto quanto os folhetins e notícias pitorescas, ou justamente aproveitavam o formato para dar asas a aspirações literárias. Para o leitor, também o jornal era um bom negócio, já que oferecia por um preço módico uma diversidade que livros – artigos de luxo por muito tempo – não continham, apresentando diversos temas em diferentes seções, da literária à de informes práticos¹³.

Assim, os periódicos operavam seu papel como difusores de projetos políticos, mas também atendiam às necessidades de entretenimento das pessoas letradas e não letradas, através da prática de leitura em voz alta ou intercâmbio de informações ali obtidas. Aponta Ben Singer que a

¹¹ Idem, p. 112.

¹² GUILMARÃES, Valéria. Os dramas da cidade nos jornais de São Paulo na passagem para o século XX. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 27, n. 53, pp. 323-349, jun. 2007, p. 336.

¹³ GUILMARÃES, Valéria. **Notícias diversas**: suicídios por amor, ‘leituras contagiosas’ e cultura popular em São Paulo nos anos dez. São Paulo: Mercado das Letras, 2013.

experiência cotidiana na cidade se alterava em sua espontaneidade, mas também na experiência programada, ou seja, no que se entendia como entretenimento: “à medida que o ambiente urbano ficava cada vez mais intenso, o mesmo concorria com as sensações dos entretenimentos comerciais. Perto da virada do século, uma grande quantidade de diversões aumentou muito a ênfase dada ao espetáculo, ao sensacionalismo e à surpresa”¹⁴. Nesses tempos, diz Siegfried Kracauer através de Singer,

o sensacionalismo funcionou como uma resposta compensatória ao empobrecimento da experiência na modernidade. Distrações e excitações ofereciam um escape momentâneo da ‘tensão formal...da empresa’, do frenesi e tédio sem sentido do trabalho alienado na fábrica moderna e no escritório burocratizado¹⁵.

Já Walter Benjamin observou, através do cinema, que os choques provocados por esse veículo funcionavam como uma antecipação ou preparação para os choques do ambiente moderno¹⁶. Pela anestesia ou frenesi, o que oferecia de pacato os jornais, portanto, já despertava pouco interesse. Nas palavras de Singer, isso não deveria surpreender, “uma vez que a imprensa tinha um óbvio interesse comercial em retratar o mundo com tom drástico. Afinal, clamor público e emoções fortes, e não realismo cotidiano rotineiro, vendiam jornais”¹⁷.

As emoções fortes, nesse caso, provinham do que se observava em especial (ou *de* especial) no cotidiano das pessoas pobres, supostamente mais expostas e sujeitas à quebra da norma que sujeitos de alta classe e vida estável. Prossegue Valéria Guimarães:

¹⁴ SINGER, Ben. Modernidade, hiperestímulo e o início do sensacionalismo popular; In: CHARNEY, Leo; R. SCHWARTZ, Vanessa (org). **O cinema e a invenção da vida moderna**. São Paulo: Cosac & Naif Edições, 2001, p. 133.

¹⁵ Idem, p. 139.

¹⁶ Ibidem, p. 141.

¹⁷ Ibidem, p. 133.

A imprensa e, em especial, os maiores jornais da época, *O Estado de S. Paulo* e o *Correio Paulistano*, lídimos representantes da elite cafeeira, registram esse período como um momento em que a cidade torna-se modelo de civilização, submetida a sucessivas reformas urbanas que dão uma aparência européia às ruas. Nela a circulação desse grande número de indivíduos e de mercadorias deveria ser livre, mas seu traçado urbano teria de satisfazer, ao mesmo tempo, a necessidade de conter os “grupos ameaçadores”¹⁸.

A “desconfiança pelo novo e o temor indefnido do crime” relacionam-se ao crescimento vertiginoso da cidade, à intensa imigração, aos preconceitos de classe, raça e origem e principalmente ao desejo de ordem. E ao mesmo tempo que constrói o imaginário das classes perigosas, o jornal assume outra função, a de “alimento cotidiano de uma parte do público letrado especialmente após o surgimento de uma imprensa sensacionalista nos anos 10”¹⁹.

A vertigem sentida pelos moradores de São Paulo na virada do século se relacionava à aceleração da velocidade do cotidiano que era compartilhada por diversos sujeitos da modernidade. A distribuição e capacidade de armazenamento dos periódicos foi exemplo dessa aceleração – aumentou-se o número de páginas, a qualidade das folhas impressas, inseriu-se ilustrações e depois fotografias etc. – e se é possível observar na técnica o espalhamento da modernidade eurocêntrica, o mesmo é verificável no conteúdo: a “qualidade” das notícias veiculadas, assim como os motivos dos reclames, incluíram nas folhas dos jornais diferentes sujeitos em relação ao período imperial. Mais que isso, era necessário atrair o público leitor-consumidor e garantir seu entretenimento, com crônicas, folhetins, passatempos e, belo retrato do período, “notícias diversas”.

¹⁸ GUIMARÃES, Valéria. Os dramas da cidade nos jornais de São Paulo na passagem para o século XX. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 27, n. 53, pp. 323-349, jun. 2007, p. 338.

¹⁹ FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo, 1880-1924*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 15.

Notícias Populares

Os “fatos diversos”, estabelecidos como jargão jornalístico em sua língua natal como *fait divers*, surgiram na França junto à imprensa popular vendida a baixos valores. Lá, visando as camadas mais baixas, os jornais incluíam nas suas narrativas folhetinescas do cotidiano estereótipos que geravam identificação ou simpatia com os protagonistas das histórias retratadas.

Em São Paulo, apesar da aparente diversidade nos fatos relatados, existe uma predileção pelos eventos desencadeados nos cotidianos das classes espoliadas, pelo tratamento pitoresco dado às práticas desses grupos ou pelos interesses em estereotipar negativamente habitantes de determinados territórios – e assim distanciar-se física, moral e culturalmente deles, por exemplo. Além de ecoar um repertório parte da campanha de regeneração na qual a imprensa também se engajava, a necessidade de personagens e histórias impressionantes levava a áreas menos nobres da cidade, “os cortiços e os becos, os rios sujos e insalubres, as várzeas e as ruas de bairros pobres”²⁰. Ainda que bastante enviesada e em muitos casos racista, a documentação constituída pelos *fait divers* nos oferece profícuo registro das pessoas subalternizadas, especialmente se buscamos espacializar sua história. Neles, se destacam detalhes sobre os personagens que ajudam a dar credibilidade aos fatos, mas, para além disso, caracterizam os sujeitos de antemão para os leitores. É o caso do endereço, que provavelmente “simboliza o lugar que o bairro citado e seus moradores ocupam na sociedade. Se assim for, há uma espécie de topografia social em que a localização do bairro revela não só o lugar ocupado fisicamente pelo indivíduo, mas também seu status social”, como reflete Guimarães²¹. Nessa toada, as histórias poderiam ser inventadas em função de sua verossimilhança, ou seja, não surpreenderia tais sujeitos

²⁰ GUIMARÃES, Valéria. Os dramas da cidade nos jornais de São Paulo na passagem para o século XX. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 27, n. 53, pp. 323-349, jun. 2007, p. 326.

²¹ GUIMARÃES, Valéria. **Notícias diversas**: suicídios por amor, ‘leituras contagiosas’ e cultura popular em São Paulo nos anos dez. São Paulo: Mercado das Letras, 2013, p. 38.

estarem envolvidos nos casos relatados, já que se esperava desses indivíduos sintomas de degeneração.

Exemplo disso são as pessoas suicidas estudadas por Guimarães. O suicídio interessa aos jornais e suas colunas sensacionalistas na medida em que tratam de ameaças em que os indivíduos são vítimas de desordens de natureza individual ao mesmo tempo que sua conduta apresenta ameaça à ordem e normalidade, tal qual seus antônimos, os homicidas. Para a autora, os suicidas eram parte do grupo desviante pelos quais as autoridades se interessavam pois,

como fenômeno negativo da nova ordem social, estão incluídos nessa ‘massa criminosa’ que se acreditava afeita à falta de higiene e à carência de preceitos morais, suscetível às novas formas de sugestão (como a leitura de *fait divers* nos jornais) e que a medição estatística vem mapear para controlar²².

Mesmo acusado, denunciado e rotulado como sugestivo para novos casos, esse jornalismo se fartou nas primeiras décadas do século XX de casos de amores e outras dores para imprimir suas folhas. Os suicídios são significativos pois tornam o ato de uma pessoa comum uma narrativa folhetinesca de interesse atemporal, que se encerra em si mesma e não precisa de referências externas²³. Apesar da lembrança da reflexão de Roland Barthes através de Bóris Fausto, os *fait divers* podem ser lidos hoje, cem anos depois, com o mesmo espanto e interesse, assim como carregam importantes elementos do tempo histórico em que se passaram e/ou foram narrados.

Nessas narrativas, o extraordinário é o que se busca, mas a normalidade é a premissa inicial. De acordo com Valéria Guimarães, “a ordem comum das coisas é rompida pelo *fait divers*. De uma situação de normalidade (...) ele leva o leitor à exceção e, ao fim, o drama social

²² Idem, p. 116.

²³ FAUSTO, Boris. **O crime da Galeria de Cristal: e os dois crimes da mala**. São Paulo, 1908-1928. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 18.

traduzido em drama estético volta à sua normalidade”²⁴. Dando-se imensa liberdade narrativa, atribuindo falas e motivações a suas personagens, por exemplo, e com óbvia predileção por condutas desaprovadas pela Lei, os *fait divers* mantinham apenas relativo compromisso com a realidade. No entanto,

sabemos também que ele fala de seu tempo suscitando alguns indícios culturais. O que ele nos traz não é o reflexo de uma realidade, mas possibilidades que, articuladas, podem nos legar algumas representações de situações da época por vezes absolutamente possíveis tais como as privações financeiras, o desespero ou as situações-limite que estão no âmbito de ações criminosas²⁵.

Segundo a autora, esses fatos cotidianos ganham destaque revestidos de excepcionalidade, seja ela causada de fato pelos acontecimentos da vida urbana ou um verniz aplicado pelos autores das narrativas publicadas. Dado o crescimento do desenvolvimento comercial da imprensa, a liberdade criativa dos autores e os preconceitos imbuídos nos responsáveis pela circulação de notícias, é fato que os *fait divers* e notícias correlatas não representassem a realidade de maneira fidedigna. No entanto, para existirem enquanto literatura jornalística relacionavam-se à realidade na medida em que poderiam de fato acontecer, segundo o que se passava ou acreditavam se passar nos arrabaldes da cidade, por exemplo.

A profusão de crimes, brigas, pessoas embriagadas promovendo desordem ou elementos supostamente desviantes nas notícias relacionadas à Várzea do Carmo, na região central de São Paulo, mostram que existia uma predileção pelo tipo de ocorrências que se interessava veicular e vincular a determinados territórios, mas também mostram uma cidade em crescimento onde sujeitos e ocorrências de fato aumentaram. As interpretações e cores mobilizadas pelos periódicos para registrar esses

²⁴ GUIMARÃES, Valéria. Os dramas da cidade nos jornais de São Paulo na passagem para o século XX. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 27, n. 53, pp. 323-349, jun. 2007, p. 334.

²⁵ Idem, p. 325.

fatos poderiam distanciar-se da realidade, mas encontravam nela elementos, ainda que em seu imaginário e perspectivas, para narrar o que se passava no espaço urbano em franco crescimento.

Parte importante do material buscado nos jornais por seus leitores, o que é comprovado pelo espaço que progressivamente passam a ocupar em suas páginas, os “fatos diversos” atendem a uma estrutura confortável pra produtor e receptor. Fórmula que beneficia a pesquisa realizada, a “cadência do processo” é a mesma nos grandes jornais: em geral apresenta-se nome, estado civil, idade, ocupação, endereço, cor da pele e nacionalidade, omitindo ou ignorando vez ou outra essa ou aquela característica. O “jornalismo de processo” encaixava histórias reais, quase reais ou tão fantásticas que poderiam ser reais em um formato pré-moldado onde é possível encontrar notícias quase idênticas em diferentes veículos, como no caso do assassinato de José Ferraz Duarte, telegrafista pardo de 22 anos morador da rua do Glicério, vitimado na “Várzea da Mooca” (título da nota) por José Barone, alfaiate morador da rua do Hospício. A mesma notícia saiu n^o *A Gazeta* e no *Correio Paulistano* em outubro de 1915 com a mesma sequência e texto quase idêntico²⁶.

Doutro lado, os leitores buscavam os estímulos sensacionalistas desse tipo de notícia, de maneira que o formato, as chamadas e o lide das notícias atendiam a um molde de produção em série, mas também de narrativa oral, reproduzindo técnicas há muito utilizadas para contar histórias e capturar o interesse da pessoa interlocutora. Além de recorrer a estereótipos e perífrases, técnicas mnemônicas também são utilizadas, criando a antecipação e identificação de personagens no público, como os populares “mau marido” ou “tresloucada rapariga”, emprestados da literatura, como a “Helena” [de Tróia], ou ainda sobre o gênero da notícia, como as famosas “cenas de sangue”, entre outros²⁷.

²⁶ *A Gazeta*, 09/10/1915, p. 1; *Correio Paulistano*, 09/10/1915, p. 6.

²⁷ GUIMARÃES, Valéria. **Notícias diversas**: suicídios por amor, ‘leituras contagiosas’ e cultura popular em São Paulo nos anos dez. São Paulo: Mercado das Letras, 2013, p. 215.

Cabe registrar que nos servimos dos jornais enquanto documentação histórica, –como prática e experiência cultural de sujeitos sociais – dedicadas à circulação de informações de forma provisória e fugidia, já que tratavam de fatos em muitos momentos ainda em processo de apuração (ou invenção), fadados à transformação rápida do cotidiano na cidade. Nesse sentido, é importante recordar que se dedicavam menos ao registro para a posteridade e mais à circulação de informações entre pares, constituindo retrato de um tempo voltado à sua própria contemporaneidade. Por isso mesmo, são portadores de registros, mas em nosso interesse principalmente de documentos em si mesmos, ricos de nuances, percepções e compreensões que registram o tempo em que foram produzidos, distribuídos e lidos.

Jornais lidos

Esta pesquisa não teria sido possível sem os esforços de digitalização desenvolvidos desde o começo dos anos 2000 pela Biblioteca Nacional. A Hemeroteca Digital Brasileira (HDB) foi um ambiente e instrumento fundamental para o levantamento de dados na proporção realizada para esta pesquisa²⁸, especialmente em um período de total bloqueio no acesso a arquivos, como no período deste levantamento, os anos de pandemia de Covid-19.

Contando com a característica de endereçamento dos *fait divers*, que, como visto, na maior parte das vezes fornecem endereços específicos para as narrativas, mas também com as referências a endereços disponíveis em anúncios, avisos, notas jurídicas etc., foi possível buscar nos jornais especificamente pelos logradouros que nos interessavam, estabelecidos a partir dos caminhos que de alguma forma cruzassem a Várzea do Carmo, de norte a sul e de leste a oeste. A delimitação da região de “várzea” para esta pesquisa foi realizada através da comparação de mapas, a partir de

²⁸ O projeto Hemeroteca Digital Brasileira, com financiamento da FINEP disponibilizou em 2012 cerca de 7 milhões de páginas digitalizadas de mais de 700 jornais e revistas desde o século XIX, em domínio público, para pesquisa digital.

1870 até o começo do século XX, delimitando como limites a área da região do Pari, ao norte, até os limites do atual parque D. Pedro II ao sul, na altura do Viaduto do Glicério.

Tabela 1: base geral de dados por rua e década

	1870-1879	1880-1889	1890-1899	1900-1909	1910-1919
<i>n. de acervos consultados</i>	95	63	130	53	50
rua monsenhor anacleto	-	27	56	45	193
rua vinte e cinco de março	444	586	133	887	506
rua do hospício	110	278	225	352	1.314
rua frederico alvarenga	-	-	-	13	148
rua conde d’eu	55	90	4	-	-
rua do glycerio/glicerio	-	-	180	175	358
aterrado/aterro do gazometro	3	8	21	41	128
aterrado/aterro do carmo	1	4	3	76	192
aterrado/aterro do braz	52	16	27	13	4
ladeira porto geral	73	240	281	81	146
travessa do mercado	1	7	48	65	119
Total de resultados	739	1256	998	1748	3102

Lidamos, para o exercício descrito nesta pesquisa, com mais de 1.500 resultados selecionados a partir de mais de 7.000 ocorrências. As ruas inicialmente selecionadas foram interpretadas como palavras-chave, sendo o vetor da pesquisa dividido por décadas. Para a primeira seleção entre todos os resultados obtidos na HDB, excluimos resultados repetidos, com poucas informações sobre sujeitos, ilegíveis, presentes em outros periódicos – se não possuísem novas informações para a narrativa – entre outros. Dentro da seleção, as ruas que tiveram nome alterado no período foram buscadas pelos dois nomes, assim como as com variações de grafia, como por exemplo a rua do Glycerio/Glicerio.

Selecionadas as ocorrências, alimentamos um banco de dados organizado por logradouros, ano, n. do imóvel, descrição da ocorrência, categoria e fonte da notícia. Para o posterior processo de georreferenciamento foram incluídas novas colunas de localização, como nome atual da rua, intervalo de numeração etc.

Em relação ao território da várzea que nos interessa, e confirmando o que outras pesquisadoras já observaram, no recorte geográfico e cronológico adotado a maioria das ocorrências na década de 1870 se referem a obras públicas na região da Várzea (ou a ausência dela...), à compra e venda de terrenos e negócios de secos e molhados e a anúncios de trabalhadoras e trabalhadores: amas de leite, serventes de pedreiro, copeira, professores e professoras. Também estão presentes pequenas notícias de acidentes e crimes, mas com apelo folhetinesco muito menor do que vamos encontrar nas décadas seguintes. É de se especular, por exemplo, se dois esqueletos encontrados nos bueiros da várzea nesse período²⁹ seriam noticiados com mais alarde e profusão de detalhes nas décadas de ouro dos *fait divers*, limitando-se aqui a um tom denunciante ou curto registro do rompimento da ordem na cidade. Mesmo assim, já nos deparamos com notícias de recolhimento de ébrios, algumas brigas e um caso de depredação da Ilha dos Amores. Representando pouco menos de 15% do total das ocorrências selecionadas, a década de 1870 também contém a maior parte das referências à várzea como espaço natural, nas enchentes ou passeios. É nessa década que podemos observar a maior

²⁹ Em 17 de março de 1876 o *Correio Paulistano* registrava que fora encontrado um esqueleto nas obras de escavação de um terreno fronteiro ao Hospício de Alienados, já em avançado estado de decomposição esfarelado-se ao toque; já em 11 de janeiro de 1879 o *Jornal da Tarde* noticiava, levantando a suspeita de um crime no passado, a descoberta do esqueleto de um homem, ainda com alguma roupa, em um bueiro na rua do Hospício, caso lembrado no ano seguinte com o entupimento dos bueiros na região. A presença dos esqueletos ali levanta várias hipóteses, como a existência de desova dos corpos na várzea - como leva a crer a notícia do mesmo evento veiculada no *Correio Paulistano* - ou o aparecimento de corpos de vítimas (frequentes) de afogamentos no Tamanduaté. Além disso, a reincidência de registros encontrados nos jornais sobre óbitos de pessoas sem filiação e origem leva a crer que seja possível que internos do Hospício também pudessem desaparecer de diferentes maneiras na várzea.

quantidade de ocorrências relativas a escravizados, especialmente ofertas de pessoas escravizadas para venda ou aluguel, e alguns avisos de fuga.

Já na década seguinte, como se pode esperar, rareiam em muito os anúncios relacionados a pessoas escravizadas, enquanto as ocorrências sobre obras necessárias ou em debate na região seguem a pleno vapor. Responsável por 16% do volume total de dados, apresenta em menor proporção os anúncios de leilões e imóveis à venda, mas aumenta a variedade de notícias: violência contra mulheres e animais dividem as páginas com reclamações sobre os bondes elétricos, o descarte de lixo e a conduta policial. Mais estabelecimentos comerciais, especialmente os dúbios “armazéns de secos e molhados” aparecem em maior número, vendendo bebida, sendo palco de conflitos ou apenas anunciando seus serviços e produtos, assim como profissionais liberais como advogados e médicos.

Com o passar dos anos, a tendência é de aumento na quantidade de periódicos em circulação, quantidade de páginas nos jornais e, conseqüentemente, ocorrências. A década de 1890 representa 18% do total de dados, e os anúncios em busca de empregados representam quantidade razoável desse montante. Diversificam-se os estabelecimentos comerciais e os casos de conflitos e perturbação da ordem não se destacam em relação aos outros períodos. Surge, nessa década, o primeiro registro de perturbação da ordem em função da organização trabalhista, através de uma greve de cocheiros.

A consolidação dos “fatos diversos” como literatura jornalística e a cristalização da cidade como metrópole é observada na primeira década de 1900, que soma quase 20% dos dados coletados. Ocorrências ligadas a conflitos, perturbação da ordem, embriaguez, roubo e assassinato são maioria, enquanto aparecem os casos de meretrício e cafetinagem, que tomaram vulto na década seguinte. Botequins superam os armazéns e restaurantes como cenários das cenas de distúrbios, através das reclamações moralistas de cidadãos preocupados com as famílias de bem, mas evidenciando uma efervescência nesse território que ao contrário de ser contida parecia apenas tomar maior proporção. Também é nesse

período que a perturbação da ordem se generaliza para além da embriaguez e vadiagem até então mais comuns, especialmente com a questão dos acidentes de trânsito e descontentamento com questões sociais coletivas, como o estabelecimento da Light ou trato dado a carregadores que chegaram à forma de revolta, como nos tumultos de 1909³⁰.

Por fim, contando a maior parte dos resultados, a década de 1920 traz como destaque a quantidade de casos de tentativa e sucesso em suicídios, também confirmando as observações a respeito do interesse da imprensa e dos serviços de esquadramento social nesse tema, ao lado dos assassinatos, dos vadios, ébrios e gatunos. As armas de fogo, surgidas nas notícias desde 1900, são nesse recorte motivos de acidentes tanto quanto de assassinato; bem como os acidentes com automóveis, provocados em um trânsito em intensa disputa entre carros, carroças, bondes, pedestres e bicicletas. Já não há mais tantas chamadas de imóveis à venda, parecendo ser agora substituídas por anúncios de aluguel e casas disponíveis para locação. Os leilões, tão comuns nos últimos anos do século XIX, desapareceram completamente. Por outro lado, aparecem em maior profusão as reuniões, pacíficas ou “desordeiras” de pessoas trabalhadoras, apontando a preocupação com um tipo de ajustamento e descontentamento que ainda não eram regulados por uma legislação trabalhista, mas que já demandavam uma abordagem distinta da destinada à sublevação de pessoas escravizadas, perceptível inclusive em casos em que os jornais se posicionam a favor – ou menos contra – quem trabalha.

Nas primeiras décadas do século XX é possível encontrar ocorrências ilustradas, com fotos de sujeitos ou lugares. Recurso que melhorava a

³⁰ Em agosto de 1909, cocheiros foram proibidos de circular desocupados pelo perímetro da região central da cidade entre meio dia e seis da tarde, fazendo com que se declarassem em greve. Concentraram-se então na rua do Gasômetro “em atitude hostil”, donde foram “apaziguados” e dispersados por autoridades policiais. Já se sabia, antecipara o jornal *O Commercio de São Paulo*, que a greve teria seus efeitos à noite, quando se esperava que cocheiros grevistas atacassem os que não fossem solidários. De fato, nessa noite ocorreram diversos distúrbios na cidade, com cocheiros atacando tûlburis e seus passageiros, nas ruas Aurora, Florêncio de Abreu, Vinte e cinco de março, Piratininga; na ponte do Pary “numeroso grupo de desordeiros atacava os veículos que por lá passavam”.

leitura e seduzia o público leitor, representam também registros imagéticos de sujeitos raramente representados às próprias custas, especialmente em momentos cotidianos. Além das imagens, as notícias relacionam-se muitas das vezes, ao longo de todo recorte, com a página ou diagramação em que se encontram, como as informações que vêm antes ou depois delas na folha, criando um fluxo de leitura às vezes temático, e, propositadamente ou não, associações entre notícias diversas (uma notícia de atropelamento, por exemplo, é seguida de uma outra sobre animais maltratados, ou várias notícias de violência banal nas ruas se seguem). A diagramação dos periódicos sofre gradativas alterações das últimas décadas de 1800 até meados de 1900: o fluxo de leitura foi alterado, bem como os apelos e chamarizes utilizados e seus destaques, além do aumento de ilustrações, imagens e outros recursos visuais.

Percebemos assim que os jornais, além de documentação de um período e vários agentes históricos, representam *per se* um agente da transformação das e pelas técnicas produtivas, registrando a passagem cronológica ao mesmo tempo que nela interferia. Da mesma forma, nos legou representações de grupos subalternizados, em sua contemporaneidade participando da caracterização desses sujeitos para o grande público e para as forças de repressão e opressão que disputavam o direito à cidade, com as quais se confundiam. Essas características da imprensa como fonte nos interessam especialmente por possibilitar uma observação histórica de sujeitos espoliados de forma geolocalizada, possibilitando a relação entre território e agentes históricos.

É nesse sentido que nos interessa o território da chamada Várzea do Carmo na virada do século XIX para o XX. Os usos desse território se davam em acordo ou fricção com os projetos de presente e futuro para o espaço e para a cidade. No cotidiano, as táticas de imposição ou resistência a esses projetos se davam nas técnicas sociais registradas pelos periódicos e outros documentos em que podemos apreender as diversas temporalidades que r|existiam e os diferentes projetos e percepções dos sujeitos para aquela parte da cidade.

Um retrato do espaço-tempo

Hontem, o bond a vapor das duas e meia horas da tarde, na rua do Hospício, apanhou uma carroça que conduzia saccas de milho para a casa dos Srs. Cesar Martins e Comp. da rua João Alfredo, estragando a carroça, derrubando as mercadorias ao Tamanduatehy e contundindo levemente o animal da carroça. A polícia providenciou.³¹

Na pequena notícia do jornal republicano *A Nação* colidem, como que sem condutores, um bonde e uma carroça de milho. Ao contrário dos trabalhadores, implícitos na nota, o proprietário do endereço de destino da carroça é identificado, assim como é identificado também o endereço do acidente, o que insere o rio Tamandateí no contexto e em suas consequências. Nessa colisão encontraram-se carroça e bonde, mas também dois tempos e diferentes figuras que caminhavam por São Paulo na fervilhante virada de século, permeando especialmente a região da Várzea do Carmo.

Apesar de curta, a nota fornece um rico fotograma de um momento do cotidiano da cidade no período: a divisão da rua entre os distintos meios de transporte, as distintas velocidades, o transporte de sacas de milho por um agricultor ou empregado desse para a região do mercado pela várzea, a presença de animais na região central da cidade e a presença e intervenção policial na zeladoria urbana. A coleção de diversos fotogramas como esse compõem cenas, fragmentárias, por certo, em que podemos encontrar os mesmos personagens em diferentes momentos no mesmo cenário. O critério para a organização desses fotogramas, nessa metáfora, é justamente o cenário, o local onde se desenrolam as cenas. Assim, podemos observar, através deles, mas também nos intervalos e ausências entre eles, as alterações nesse cenário e transformações nos personagens, assim como suas relações, continuidades e descontinuidades.

³¹ *A Nação*, 11/08/1897, p. 1.

A Várzea do Carmo não passou por seguidos processos de intervenção e constantes projetos de *melhoramentos* e *embelezamentos* à toa, sendo que a presença do rio e a ligação com a São Paulo “atrasada” representada pelo território aguçaram o interesse em dispor das terras alagáveis e afastar indesejados. Orientar a narrativa histórica a partir do referencial espacial é uma maneira de observar esses sujeitos em sua agência cotidiana, bem como reivindicar esse espaço, na disputa pelo território e por sua memória, como propriedade das pessoas espoliadas.

Corpo-território

Edificada em uma colina há cinco séculos atrás, a cidade de São Paulo nasceu ao lado do rio Tamanduateí, por isso mesmo chamada em seus primórdios de “São Paulo de Piratininga”, palavra de origem Tupi que pode ser traduzida como “peixe a secar”. As constantes cheias e estiagens do rio provocavam um espetáculo de peixes secos, formigas e seus predadores Tamanduás, que por sua vez nomearam o curso d’água.

A Várzea do Carmo, região alagável por muito tempo vista como referência para o “magnífico e frequente espetáculo da enchente das várzeas do Tamanduatehy”³², com o passar do tempo representou tanto uma fronteira da cidade com sua correlativa rural/pobre quanto uma ligação entre a rica região do triângulo formado pela urbanização na colina à extensão da cidade que se espalhava em direção a leste. Além de peixes, formigas, muaras a pastar e cachorros errantes, a várzea também era ocupada por pessoas negras que ali colhiam capim para vender na cidade, mulheres pobres a lavar roupa, chacareiros e carroceiros com seus cavalos e mercadorias. Esses animais humanos e não humanos, com o crescimento da cidade, passaram a se confundir e se somar a outros incômodos causados pelo território e suas características naturais aos interessados na modernização urbana. Os miasmas carregados pelo ar e estagnados juntos às poças d’água confundiam-se como causa e efeito do

³² O Ytororo, n. 7, 1859, p. 5.

desamor ao trabalho, alcoolismo e demais imoralidades observadas em quem ali habitava.

As iniciativas de canalização do rio Tamanduateí datam desde o início do século XIX, mas se fortaleceram a partir da chegada da linha férrea em 1867, que se utilizou da mesma planície onde corria o rio e evidenciou os terrenos possíveis de capitalização em sua extensão, trazendo para o território, junto do trem, fábricas, olarias, comércios e serviços, vilas operárias e cortiços que passariam a ocupar as margens do trilho e do rio e definir a paisagem do bairro do Brás e suas adjacências. Finalmente, as áreas de várzeas, mesmo constantemente encharcadas, “passaram a atrair a atenção, tornando-se uma opção lucrativa à especulação imobiliária. Através de um discurso de ‘saneamento’ e combate às enchentes, a cidade foi criando novos terrenos através do aterro de várzeas e retificações dos rios”³³.

Com a retificação e canalização do rio, os terrenos disponíveis foram ocupados por imóveis de moradia, indústria e comércio, que por sua vez trouxeram novos corpos para o território – como migrantes e imigrantes – além de novas configurações familiares negras no pós-abolição. Até as primeiras décadas do século XX também essas pessoas foram tomadas como risco aos projetos urbanizatórios e modernizadores dos espoliadores, como se pode perceber na já famigerada observação do prefeito da cidade [1914-1918] Washington Luís sobre a região:

É aí que, protegida pelas depressões do terreno, pelas voltas e banquetes do Tamanduateí, pelas arcadas das pontes, pela vegetação das moitas, pela ausência de iluminação se reúne e dorme e se encachoa, à noite, a vasa da cidade, em uma promiscuidade nojosa, composta de negros vagabundos,

³³ GOUVEIA, Isabel Cristina Moroz Caccia. **Da originalidade do sítio urbano de São Paulo às formas antrópicas**: aplicação da abordagem da geomorfologia antropogênica na bacia hidrográfica do Rio Tamanduateí, na região metropolitana de São Paulo. 2010. Tese (Doutorado em Geografia Física) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010, p. 197; SEABRA, Odette C. de Lima. **Os meandros dos rios nos meandros do Poder**: Tietê e Pinheiros: valorização dos rios e das várzeas na cidade de Paulo. São Paulo: Alameda editorial, 2015.

de negras edemaciadas pela embriaguez habitual, de uma mestiçagem viciosa, de restos inomináveis e vencidos de todas as nacionalidades, em todas as idades, todos perigosos³⁴.

As seguidas reformas na região, que culminam no começo do século XX no Parque D. Pedro – que ocupa boa parte da configuração atual do território – visavam, portanto, atender ao interesse por terrenos para especulação, dirimir a ocupação do território por corpos indesejados e fixar um modo de vida hegemônico pertencente e condizente ao projeto de cidade que se ambicionava. Para dar cabo deste projeto, o rio foi retirado dos animais não humanos e humanos, seja pelo envenenamento de suas águas, proibição e obstaculização do acesso, criminalização de seus usos e encarecimento dos terrenos adjacentes. Até então principais ocupantes da várzea, lavadeiras perderam seu tanque público, caipiras perderam seus quintais, muares perderam pasto, quitandeiras perderam os bagres que usavam em suas receitas de cuscuz e jovens e crianças perderam o contato e direito ao espaço natural. Referindo-se às mulheres pobres que eram arrimo das famílias que lutavam pela sobrevivência no território, Maria Odila Leite da Silva Dias afirma que

o seu espaço era o da desordem e confusão reinante entre as esferas públicas e particular, necessárias ao sistema de poder escravista, e que tanta repercussão teve no processo de construção do Estado, simultâneo ao de urbanização da cidade. O mesmo processo de inchação da pobreza, que as gerou, acabou finalmente por expulsá-las de seus espaços improvisados, nos bairros centrais da cidade, bem nos limites das virtualidades burguesas, entre a casa de ópera e as lojas comerciais. Expulsaram-nas o aburguesamento da vila, os melhoramentos urbanos, iluminação, alinhamento das casas, o encarecimento dos impostos municipais e finalmente, as estradas de ferro³⁵.

³⁴ RELATÓRIO de 1915 apresentado á Câmara Municipal de São Paulo pelo Prefeito Washington Luís Pereira de Sousa. São Paulo: Casa Vanorden, 1916, p. 12.

³⁵ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX. Brasiliense, 1995, pp. 16-17.

Esse processo de modernização e melhoramento da cidade significou também a espoliação de recursos das pessoas que habitavam a região da Várzea do Carmo – pessoas pobres, em sua maioria racializadas, que utilizavam o espaço natural como espaço de fuga e subsistência –, alterando drasticamente seus modos de vida, dificultando de maneira definitiva o acesso a suas histórias através de fontes materiais. Por outro lado, suas práticas resistiram e persistiram não só como necessidade, mas como um traço cultural compartilhado pelas pessoas pobres, e por isso visíveis no tempo passado e em suas continuidades e reminiscências no tempo presente.

Estudar o território, no mesmo sentido, é estudar as pessoas que o ocupam e fazem uso dele, assim como estudar as pessoas através do recorte geográfico nos possibilita alargar as perspectivas possíveis de suas [r]existências através das técnicas empregadas no espaço. Nas palavras de Milton Santos,

a sucessão de contextos, onde o tempo, à imagem de Einstein, se confunde com o espaço, é espaço. O espaço é tempo, coisa que somente é possível através desse trabalho de empiria que nos é admissível, concebendo a técnica como tempo, incluindo entre as técnicas, não apenas as técnicas da vida material, mas as técnicas da vida social, que vão nos permitir a interpretação de contextos sucessivos. De tal maneira que o espaço aparece como coordenador dessas diversas organizações do tempo, o que permite, por conseguinte, nesse espaço tão diverso, essas temporalidades que coabitam no mesmo momento histórico³⁶.

As técnicas que se encontravam e desencontravam na região da Várzea do Carmo durante as cruciais décadas de virada do século nos mostram o projeto dos vencedores e as táticas e estratégias “dos vencidos”, e através das performatividades desses corpos podemos entrever sua

³⁶ SANTOS, Milton. O tempo nas cidades. *Cienc. Cult.*, São Paulo, v. 54, n. 2, pp. 21-22, out. 2002, p. 22.

agência, tanto ou mais quanto nos documentos oficiais que registraram seus modos de vida.

Nessa sociedade em vertigem, mas não atordoada, nos interessa um grupo específico de pessoas, típicos habitantes da várzea: larápios em fuga transcontinental, famílias imigrantes que utilizavam os últimos recursos em direção ao Brasil (desejando aqui ficar ou partir com algum acúmulo de capital), que se dedicavam a seus ofícios ou empregavam seu esforço onde era possível; ou ainda indivíduos negros desagregados pela escravidão e reagregados pela convivência em casas coletivas³⁷, que compartilhavam das condições materiais de vida, do território e, muitas vezes, das mesmas estratégias de sobrevivência – *faziam o corre*. Da mesma forma, eram submetidas ora às mesmas formas de controle do corpo e da cultura, ora eram vistos como grupos totalmente distintos por parte das classes dominantes, mas em geral empurrados a uma vida de trabalho regida por outrem no espaço laboral, e também – e especialmente – fora dele. Construía a cidade com suas mãos, mas não gozavam, nem nos legaram, seu quinhão ou direito ao território, não na regulamentação oficial dele. Nos anos finais do Império, ou iniciais da República, a percepção sobre a Várzea do Carmo difundida pelos grandes periódicos foi a mesma, correspondendo às expectativas, projetos e preconceitos daqueles que legislaram sobre o espaço, fazendo desse território localizado na região central (e hoje em disputa) da cidade um excelente território para a escavação de histórias de pessoas subalternizadas.

Essas pessoas que compartilhavam o território da Várzea através de seus respectivos e distintos usos compartilhavam também o fato de serem privadas do fruto de seu trabalho e de sua liberdade de gozar a existência em um sentido amplo, por isso tratadas nesse texto como um grupo único e heterogêneo de *pessoas espoliadas*.

³⁷ BLUE, Ice; BROWN, Mano; OLIVEIRA, T. Roberto; WAINER, João. Extra do DVD “Mil trutas, mil tretas”. Sindicato Paralelo Filmes, Brasil, 2006. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=slwalSi03g8>, 2006.

Por tal espoliação, entendemos o processo de alienação do trabalho, de retirada de mais-valia, de roubo do tempo e vitalidade, de regulação da vida pública e privada, de interferência na liberdade de formação de identidade e, finalmente, no sequestro de pertencimento e de memórias, atribuídos a outros agentes e negados a quem não firma seu nome na materialidade da cidade. Se a materialidade foi retirada dessas pessoas através do empobrecimento de seus recursos de vida, por outro lado suas práticas resistem e persistem não só como necessidade, mas como um traço cultural compartilhado pelas pessoas pobres³⁸, em uma permanência e performatividade que se pode ler nas páginas dos jornais de outrora e, apesar das várias descontinuidades, reconhecer um grupo social do presente, ou seus antecessores, religando na linha do tempo da memória e da História Pública grupos sociais que não se reconhecem nem são reconhecidos nas políticas de memória urbanas.

Velha história de extermínio

Em uma quinta-feira, de julho de 1911 o *Correio Paulistano* publica o seguinte fato diverso:

DRAMA NUMA TAPERA

**Na Várzea do Glycerio – entre vagabundos – somno
interrompido – “não se mexa, porque eu atiro!”
– ferimento grave – fuga do criminoso –
comparecimento da polícia**

No Largo de Santa Cruz, da Várzea do Glycerio, existe há muito tempo, abandonados uns velhos cazebres, que a prefeitura comndenou, devido à falta de segurança que ofereciam.

³⁸ Por exemplo, nos lembra Sevcenko em seu ensaio a insistência da comunidade negra e pobre em acender velas aos pés da Santa Cruz dos enforcados na Liberdade e outros rituais de influência afro como oferecer pipocas aos entes ancestralizados, prática que perdurou de tal forma que, mesmo distanciando-se do ponto sagrado inicial, demarca a vitória do sentimento - e projeto urbanístico – popular (2004, p. 21).

Quasi destelhados, com as paredes de pau a pique, esburacados e immundos, os alludidos casebres offerecem actualmente o aspecto desolador de umas taperas e são o albergue preferido da vagabundagem das várzeas.

Augusto de Oliveira, um sexagenário vadio, que perambula pelas ruas da cidade, arcado ao peso de uma trouxa de rebutalhos, fez de uma dessas taperas o seu domicílio obrigatório. E, como lhe falte algumas vezes a coragem de penetrar sozinho, à noite, na sordida habitação, Augusto de Oliveira recruta no centro da vadiagem os seus companheiros de pernoite.

Ainda hontem, ao escurecer, cançado das suas peregrinações pelos bairros afastados da cidade, o mísero indigente arrebanhou na Várzea do Carmo dois desocupados, que modorravam sobre a platibanda do mercado de peixes.

Eram Antônio Alves da Costa e Saturnino de Castro.

Acariciando-os com um pontapé na espinha dorsal, Augusto convidou-os a acompanharem-n'os:

- Andem dahi, seus vagabundos, que a minha casa é modesta, mas é grande.

uma vez chegados a Tapera, acomodaram-se a um canto, como cães leprosos, muito aconchegados uns aos outros, desafiando a inclemência do frio e do relento.

Às 10 e meia da noite, quando os três dormiam o somno solto, um outro vagabundo transpoz desembaraçadamente os limiars derrocados da Tapera.

Queria um pouso também, e estava no seu direito.

Antônio Alves da Costa, que pela primeira vez tinha sido hóspede de Augusto, acordou alarmado com a entrada do desconhecido; e imaginando tratar-se da polícia, numa das suas costumadas devassas, dispoz-se a fugir, investindo, extremunhado, para a porta.

O desconhecido, por sua vez, sobressaltado com o inesperado encontro, saca de uma garrucha e a única phrase que lhe occorre é esta:

- Não se mexa, porque eu atiro.

Mas ou apavorado Antônio nem ao menos presta atenção ao cano ferrugento do enorme trabuco. E tenta sair.

Nesse momento um estampido reboou na várzea, seguindo-se o troféu de indivíduos a fugir.

Antonio Alves da Costa, ferido ao lado direito do thorax

com uma bala, tenta assim mesmo sair da tapera, mas cae redondamente ao chão, sobre a calça de uma casa em ruínas. Aos seus gritos, acodem moradores das adjacências, que vão encontrar a vítima exame, tendo ao seu lado velho Augusto, de chapéu de palha e a trouxa de rebutalhos as costas³⁹.

Apesar de um pouco longa, vale a transcrição quase completa da notícia não só pelo seu conteúdo, como também pelos apelos e metáforas utilizados na escrita. A história contada nesse *fait divers* termina com a vítima em estado grave esvaindo-se em sangue, sem condições de identificar seu assassino ou contar o que se passou, e o velho Augusto preso para averiguações. No começo da semana seguinte, sob o mesmo título – recurso para indicar continuidade nas narrativas –, o jornal afirma que os fatos sobre a morte de Antonio já estão “perfeitamente esclarecidos”. Em um texto bastante distinto do publicado antes do final de semana, o jornal esclarece que:

No relatório que acompanha os autos a autoridade, depois de se referir ao louvável propósito da polícia de dar caça aos vagabundos e gatunos que infestam os nossos bairros, notadamente os compreendidos na segunda circumscrição, informa que os agentes Damiro Volpa, Guilherme Falconi e Manuel Ribeiro foram encarregados de levar a efeito um cerco a um velho casarão abandonado, ao Largo da Santa Cruz do Glycerio, valhacouto da gente da peor espécie.

Estabelecido o plano do cerco, os três agentes realizaram a diligência no dia 5, pelas dez horas da noite.

Damiro Volpa e Guilherme Falconi penetraram na casa pela frente, enquanto Manuel Ribeiro se postava nos fundos, para evitar a fuga dos indivíduos que allí pernoitavam.

Mal havia transposto a porta da entrada, Damiro viu-se agarrado fortemente pelas mãos vigorosas de Antônio Alves da Costa um dos desocupados que buscavam pousada no casebre.

Procurando desvencilhar-se, o agente saca de uma garrucha e com essa arma busca intimidar o indivíduo que o segura.

Antônio, longe de ser atemorizar, mais redobra o ânimo,

³⁹ Correio Paulistano, 06/07/1911, p. 4.

continuando a lutar com o Damiro, até que, em dado momento, seu casaco se enrosca no gatilho da arma e a detonação surda de um tiro reboia por toda a velha casa imersa em profunda treva. [...]

Antonio Alves da Costa era um gatuno audacioso, com diversas passagens pelo Gabinete de Identificação, tendo sido processado e condenado como contraventor do art. 399 do Código Penal. Cumprida a pena de 22 dias e 12 horas de prisão celular e, apesar de assinar termo de tomar ocupação honesta, perante o primeiro delegado auxiliar, Antônio continuou a entregar-se a mesma vida ociosa de sempre⁴⁰.

Cinco dias fizeram bastante diferença. A narrativa emotiva de 06 de julho dá lugar à transcrição do relatório da polícia, o “casebre condenado” vira um “casarão abandonado”, e os desocupados que lutavam contra a inclemência do frio figuram aqui como “a pior espécie”. Já não aparece a figura do velho Augusto e sua trouxa, e o criminoso que haveria fugido, segundo a primeira notícia, parece ser Damiro Volpa, agente da lei. O tiro, na verdade, teria sido acidental, mas provocado pela própria vítima, que longe de um hóspede assustado revela-se como gatuno audacioso. O vigor com que Antonio agarra a Damiro e justifica a defesa e revide do agente policial, em nada lembra um cão leproso. Damiro, segundo consta na segunda notícia, foi preso preventivamente.

O fato também é retratado pelo jornal *O Estado de São Paulo*, apesar de um pouco menos emotivo desde o começo, o que conferimos já no título escolhido: “Consequências da vadiagem”. No texto, o jornal afirma que o serviço sanitário interditou os casebres, tendo em vista as péssimas condições de higiene, e que ficaram abandonados pelo proprietário desde então. Ali, a polícia permitiu, segue o jornal, que se tornasse

refúgio da vadiagem repelente para a qual existe o meio regular de repressão, enviando-os para a Colônia Correccional, um grande estabelecimento que o governo mantém para afastar

⁴⁰ Correio Paulistano, 11/07/1911, p. 3.

os elementos perniciosos da sociedade, dando-lhes assistência, instrução e hábitos de trabalho⁴¹.

Um desses casebres, afirma *O Estado*, tornou-se abrigo do sexagenário Augusto, que num encontro “com os menores Antonio Alves da Costa, de 19 anos, e Saturnino de Castro, entreteve palestra com os mesmos, e verificando que os dois viviam sem domicílio, convidou-os para acompanhá-los até a habitação que escolhera e onde podiam ficar tranquilos e sem se incomodarem com o pagamento de aluguel”. Sem grandes descrições do desenrolar dos fatos que levaram ao tiro em Antonio, o jornal prossegue com descrições do ferimento, também objeto de interesse no frenesi da época e, ao contrário do *Correio*, consegue apurar que o ferido chegou a prestar depoimento no local: afirmava que dormia até ser despertado por um desconhecido, logo em seguida sendo atingido por um tiro. Todos então se evadiram até a chegada da polícia, que encontrou apenas Augusto ao lado do jovem gravemente ferido.

Da mesma forma que o *Correio*, *O Estado* publica no dia 11 o capítulo final da história, com o mesmo título. Nessa notícia, deixa claro que a diligência policial aos casebres da várzea foram “recomendações” do segundo delegado, que fizera vir à sua presença os funcionários da polícia envolvidos. Conta-se então a versão dos policiais, onde Damiro Volpa, “com muita imprudência” penetrou às escuras no casebre, com todos os presentes se erguendo de súbito. Travou uma briga com Antonio, cujo paletó enganchou-se na garrucha e disparou um tiro, que o agente alegava desconhecer ter pego em alguém até o desenrolar dos fatos⁴². Quinze dias depois, na coluna de notícias forenses desse mesmo jornal, Damiro é pronunciado réu, “pela morte do vagabundo Antonio Alves da Costa”⁴³, e em outubro ambos os jornais dão conta de sua absolvição pelo júri de doze pessoas,

⁴¹ O Estado de São Paulo, 06/07/1911, p. 8.

⁴² O Estado de São Paulo, 11/07/1911, p. 6.

⁴³ O Estado de São Paulo, 26/07/1911, p. 9.

com nove votos negando o ato delituoso⁴⁴. As notícias, no decorrer do tempo, escasseiam em detalhes, ocupando cada vez menos espaço nos jornais.

Sem maiores esclarecimentos do fato, com a imprensa nutrida de certezas pela opinião disciplinatória, é provável que os agentes destacados pelo segundo delegado poderiam estar realizando diligências violentas no território carregado de estigmas ou, como faz supor a primeira narrativa, estivessem “infiltrados” entre os vagabundos. Corroborar essa versão o fato de, em 1915, Volpa ser descrito em um outro *fait divers* – “Diligência Feliz” – como “agente secreto”⁴⁵. Como aponta o estudo de Marco Antônio Cabral dos Santos,

ora passando por jogador, ‘gatuno’, cafetão, ou mesmo ‘socialista libertário’, os agentes infiltravam-se em ambientes por eles considerados ‘suspeitos’ e estreitavam laços de amizade com a finalidade de dismantelar organizações políticas ou ‘criminosas’, na sua ótica⁴⁶.

Augusto, que habitava uma propriedade abandonada, fazia parte de um grupo suspeito que só fazia crescer: a grande estatística de pessoas sem moradia, problema crônico na cidade nos anos iniciais do século XX⁴⁷.

Comprovando as teorias de “guerra contra os pobres”, São Paulo utilizava-se comumente de agentes infiltrados para praticar espionagem e realizar detenções entre grupos políticos e outros considerados “prejudiciais à saúde”. Como também aponta Cabral dos Santos, “ainda que suas tarefas fossem cumpridas em desobediência aos ditames legais, sua importância para a autoridade pública, numa sociedade cuja complexidade dos problemas sociais apresentava-se de forma crescente, era destacada”.

⁴⁴ Correio Paulistano, 29/10/1911, p. 6; O Estado de São Paulo, 29/10/1911, p. 6.

⁴⁵ Correio Paulistano, 21/05/1915, p. 5.

⁴⁶ SANTOS, Marco Antonio Cabral dos. Polícia e trabalhadores urbanos em São Paulo (1890-1920). *Locus* (Juiz de Fora), Brasil, v. 11, n. 20/21, pp. 33-50, 2005, p. 44.

⁴⁷ SANTOS, Fábio Alexandre dos. **Domando as águas**: salubridade e ocupação do espaço na cidade de São Paulo, 1875-1930. 2006. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP, p. 149.

O autor conta que em 1910 o presidente do estado defendia a ação desses agentes para a “vigilância de todos os elementos suspeitos ou prejudiciais à sociedade”, seguindo século adentro⁴⁸.

Criada com inspirações e no mesmo bojo histórico que as policiais europeias, a polícia paulista foi criada para “ajudar a domesticar uma população que anteriormente não tinha regras”, como afirmou Roger Lane, citado por Santos. Diz o pesquisador ainda que “a previsibilidade comportamental exigida pelo mundo do trabalho industrial não admitia a permanência de certos comportamentos e hábitos ligados ao mundo rural, ou ao mundo de artesãos e pequenos comerciantes”⁴⁹.

Com agentes policiais e uma profusão de pessoas detidas que em comum tinham muitas vezes a cor da pele, origens e dificuldades em manter-se na cidade, além da moral e disposição a pequenos delitos⁵⁰, a ordenação da cidade registrada pelas páginas dos jornais se dava aos trancos e barrancos, facilitando a criminalização da pobreza e o máximo de espoliação possível dos sujeitos subalternizados. A preocupação com a ordenação do mundo do trabalho no pós-abolição era a mesma na perseguição aos vagabundos que ocupavam casas abandonadas na várzea, assim como do higienismo que interditava essas habitações, que criava colônias correcionais que ensinavam os hábitos de trabalho ou tinham

⁴⁸ SANTOS, Marco Antonio Cabral dos. Polícia e trabalhadores urbanos em São Paulo (1890-1920). *Locus* (Juiz de Fora), Brasil, v. 11, n. 20/21, pp. 33-50, 2005, p. 45.

⁴⁹ *Idem*, p. 34.

⁵⁰ Em 1916, dois “Soldados turbulentos” têm sua briga narrada no *Correio Paulistano*. Sob esse título, o jornal narra uma “grande desordem na rua Monsenhor Anacleto”, onde o soldado do exército Manuel Venâncio tentou agredir a “decaída Maria do Carmo”. Quem acudiu foi o soldado da guarda cívica Aurelio dos Santos Villares, que logo depois foi surpreendido pela chegada de três novos soldados da infantaria, e “estabeleceu-se então um grande conflito, onde se acharam envolvidos também diversos civis” (*Correio Paulistano*, 04/03/1916, p. 5). Em fevereiro de 1884 Rosario Medici, Rafaelle Acampora e Pasquale Calderaro foram “grosseira e despoticamente” agredidos por cinco praças e um cabo do Corpo Permanente (*Correio Paulistano*, 12/02/1884, p. 3). Já o Capitão João Régis de Oliveira, se aproveita da farda para atrasar as contas, sendo requisitado a pagar sua conta de gêneros alimentícios à rua do Hospício, n. 69 na Seção Livre do jornal *Commercio*, onde o dono do armazém faz questão de grafar no título “Guarda Cívica” (*O Commercio de São Paulo*, 06/03/1909, p. 5). Esses são alguns, de muitos, casos em que a polícia figura como desordenadora, e não mantenedora da ordem.

como sujeitos de predileção os recém-chegados imigrantes “anarquistas” e as pessoas negras recém-libertas que habitavam o território. Não é incomum nesse período, por exemplo, ocorrências que tratem de fatos diversos em “festas de pretos”, fossem brigas tidas como passionais, fossem capoeiras no exercício ilegal da prática ou qualquer outra perturbação da ordem. Os espaços de lazer daqueles que deveriam estar sendo produtivos são o principal foco dos poderes reguladores da cidade e palco das notícias.

Como acontece em 24 de julho de 1915, quando Antonio Bella, ou Vela, ou ainda Anthenor Bella, jovem de 18 anos, foi preso em um “bordel de ínfima classe” na rua Monsenhor Anacleto, n. 20, “em companhia de vários indivíduos suspeitos e vadios, quase todos em estado de embriaguez, [e] tocando sanfona e violão, promoviam algazarra, acompanhados de várias mulheres desse bordel”⁵¹.

Registrou a pesquisa de Boris Fausto, da mesma forma, que os botequins eram locais com “ruído de gente tocando sanfona ou violão, explodindo em risadas”, ocupado pelos sons do “baralho rasgado por um parceiro inconformado” e “cheiro de linguiça, das sardinhas fritas, do álcool e, às vezes, do sangue”⁵². A descrição de Fausto não deixa de corresponder a um lugar divertido, cheio de vida, com comida, bebida, jogos e música. Não só para se embriagar e entorpecer (mas também, e porque não), os botequins eram lugar de reunião e convívio fora das fábricas para indivíduos que por seus hábitos, estereótipos ou pobreza não eram aceitos ou bem-vindos em outros espaços, bem como de sujeitos que trabalhavam na rua e em movimento, característica de grande parte dos trabalhadores do período. Além disso, ainda que a bebida fosse associada a um destempero do caráter ou distorção dos sentidos e julgamentos, também era um lubrificante social nos encontros dos espoliados em seus momentos de folga, assim como consolo dos desajustados.

⁵¹ Correio Paulistano, 10/08/1915, p. 2.

⁵² FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano**: a criminalidade em São Paulo, 1880-1924. São Paulo: Brasiliense, 1984

A prisão de Antonio poderia ter sido apenas mais uma naquele endereço e na história dos espoliados da várzea, talvez até mesmo sem destaque o suficiente para sair nos jornais. No entanto, encontramos registro do fato tanto no *Correio Paulistano* quanto no *O Estado de São Paulo*, primeiro a dar a notícia, talvez por Antonio ter sido tirador de provas do jornal, dispensado por ser analfabeto. É uma longa notícia⁵³, intitulada “Inqualificável abuso” e resumida na lide como “o calvário de um jovem, preso pela nossa polícia e deportado para o Rio – oito dias de prisão injusta nessa capital e o regresso da vítima ao lar doméstico”. Coincidindo com o publicado pelo *Correio*, *O Estado* conta que Antonio, que não possuía registros policiais e era o único amparo de sua família, depois de perder o emprego no jornal passa a ajudar o velho pai na venda de frutas. O crime praticado por ele no dia de sua prisão haveria sido, segundo a narrativa do jornal, “entrar na casa de raparigas da rua Monsenhor Anacleto, 20, às 21 horas” e pedir que lhe servissem cerveja. Talvez buscando distanciar Antonio da vida mundana, o periódico registra ainda que os tocadores de música sequer eram conhecidos dele, que teve de ir ao quintal e, ao retornar, foi preso por um agente da polícia secreta e dois soldados, que lhe deram voz de prisão “julgando-o suspeito, pois vestia pobremente, porque os seus recursos não lhe davam para mais”.

Segue o jornal que Antonio foi levado à Polícia Central e recolhido ao xadrez depois de passar rapidamente pela identificação, onde não sabem se foi taxado como gatuno ou vagabundo. Por pouco mais de uma semana o rapaz continuou preso, sendo movido de um cubículo do xadrez a outro, onde viu chegar um “sem-número de moços que haviam sido presos por causa da questão dos bondes”. Narra ainda *O Estado* que junto do calvário de Antonio desenrolava-se o de sua infeliz família, que sem notícias apesar de saber sua prisão, seguia visitando delegacias atrás do paradeiro do filho.

No dia 02 de agosto, depois de levado à presença do 4º delegado auxiliar Franklin Piza e interrogado como gatuno, Antonio seguiu preso, junto a outros indivíduos, para a estação do Norte, onde embarcou rumo

⁵³ O Estado de São Paulo, 09/08/1915, p. 5.

ao Rio de Janeiro. Na parada de Mogi das Cruzes, através de suborno, os guardas deixaram descer alguns desses indivíduos, mas Antonio, sem dinheiro, seguiu viagem até Barra do Pirahy, de onde os agentes retornaram a São Paulo e o deixaram para seguir “para onde quisesse”. Sem recursos, o rapaz passou, segundo o jornal, mais de 30 horas sem comer, quando, desesperado, pediu na comissaria de polícia um pedaço de pão. Por três dias alimentou-se da mesma forma, assim como pernoitou na cadeia. Com pena do jovem, o Comissário de polícia estendeu-lhe finalmente um passe para retornar para casa, retorno noticiado em 08 de agosto e “esclarecido” no dia seguinte pelo *O Estado de São Paulo*.

Ainda que registre no fim da história que se furtará a comentar ou censurar os fatos, segue o jornal denunciando a deportação *costumeira* promovida pela polícia, de sujeitos por quem nutre apenas suspeitas, assim como sua recusa em informar o paradeiro de presos às famílias, salientando que “mesmo um grande criminoso pode também ter um bom coração, a progenitora de um criminoso tem também o direito de verter lágrimas pelo filho querido”. A denúncia segue ainda exortando providência, pois “a situação como a vemos é impossível. Diariamente desaparecem pessoas cujo destino a polícia bem sabe, mas se recusa a revelar a quem por elas se interessam”, e apela para o secretário da Justiça e segurança pública Eloy Chaves, que acreditam não ter conhecimento do fato.

As palavras transcritas no começo da história da prisão de Antonio são de Franklin Piza em resposta ao requerimento do secretário, que utiliza o *Correio* para explicar as denúncias. Diz que o indivíduo Antonio Bella de quem se pede informações supõe-se ser Anthenor Bella, detido em 25 de junho nas condições descritas, mas nega a deportação. Afirmar que Antonio seguiu para o Rio por livre e espontânea vontade, “onde pretendia trabalhar e regenerar-se”.

A história de Antonio, não completamente desmentida pelo delegado em sua missiva, mostra como para a criminalização bastava não ter ocupação certa, estar malvestido, em companhia ou na presença de outras pessoas consideradas imorais, ou em um lugar igualmente

considerado degenerado. Independente da conduta criminoso ou não de Antonio, sua simples presença embriagada no “bordel de ínfima classe” é o bastante para ser detido, encarcerado e deportado, outra conduta policial ilegal destinada a limpar a cidade de degenerados e, segundo os jornais, bastante comum na época.

Nas mesmas páginas em que nos deparamos com os Antonios dos eventos narrados, também encontramos trabalhadoras em pequenos conflitos⁵⁴, crianças envolvidas em acidentes nas ruas ou sendo buscadas para trabalho doméstico⁵⁵, com e sem automoveis envolvidos, trabalhadores dos diversos serviços que funcionavam na região da várzea assim como alguns operários das fábricas que ocupavam boa parte daquele território. Se acidentes e conflitos domésticos – especialmente violência de gênero⁵⁶ – nos apresentam habitações coletivas com várias famílias, acidentes nas ruas e pequenos delitos nos bares e armazéns⁵⁷ terminam de ilustrar o que seria a paisagem da várzea com ruas movimentadas por bondes e animais de carga, a presença de dois mercados (dos Caipiras e Municipal) e uma

⁵⁴ Por exemplo, em 1904, Justina de Tal e Paulina Anna de Oliveira, que moravam no mesmo endereço, um prédio na rua do Hospício n. 10, “não raro se engalfinham pelo facto mais sem importância” (O Commercio de São Paulo, 23/10/1904, p. 2), dez anos depois, o *Correio Paulistano* noticia uma desavença por “motivos frívolos” entre Maria Francisca da Conceição, parda, 22 anos, cozinheira, e a preta Maria da Conceição, 16 anos, copeira. Maria da Conceição, exaltada, atira uma garrafa de café em Francisca, que responde com uma cacetada em sua antagonista (Correio Paulistano, 14/07/1914, p. 4).

⁵⁵ como no anúncio que busca um menino de até 14 anos n^o *A Gazeta* (A Gazeta de São Paulo, 05/05/1915, p. 2) ou a *Província de São Paulo* buscando dois jovens de 12 a 14 anos para aluguel por alguns anos no Brás de 1876 (A Província de São Paulo, 11/08/1876, p. 3).

⁵⁶ Entre vários, em 1885 Letizia Cherbo procura o chefe de polícia para queixar-se de seu marido, o fogueiteiro Luiz Panetze, que seguidamente a maltratava e a seus filhos menores com pancadas (A Província de São Paulo, 08/08/1885, p. 2). Antonio Maria, marido de Maria Benedicta teve um acesso de raiva que o levou a agredir a esposa com um cacete e, fugindo essa espavorida, o usou para destruir todos os móveis (Correio Paulistano, 20/11/1908, p. 5). Em 1911, a moradora do número 147 da rua do Glicério, Anna Ribeiro da Silva, de 23 anos, queixou-se ao segundo delegado que foi brutalmente agredida por seu marido (Correio Paulistano, 05/02/1911, p. 4).

⁵⁷ Palco da briga entre Sabato Volante e Francisco Salla, em 1911 (O Commercio de São Paulo, 08/05/1907, p. 3) o bar n. 1 da rua Monsenhor Anacleto também é o endereço onde Maria Luiza da Conceição foi agredida em sua casa por um desconhecido que arremessou nela um despertador num 8 de março de 1914 (Correio Paulistano, 08/03/1914, p. 5).

profusão de pessoas a trabalho ou lazer, incluindo-se aí aqueles que por algumas décadas ainda puderam nadar no rio Tamanduateí.

A mesma ordenação da cidade que vitimou Antonio Alves da Costa e inocentou o agente da lei responsável por sua morte fez com que Antonio Bella e sua família enfrentassem um calvário por uma infundada prisão e tentativa de desterro. Ambos os casos, mas todos os outros personagens da várzea, apresentam sujeitos que não figuram na história hegemônica da cidade de São Paulo, nem na toponímia de espaços públicos ou lugares de memória, nem nas fabulações da História Pública. A história e memória da cidade não se cansam em ser laudatórias a engenheiros, delegados e higienistas que no passado deram continuidade ao projeto colonial, perseguindo e disciplinando corpos como os dos Antonios e companhia aqui presentificados. Todas essas pessoas disputaram seu espaço na cidade, tensionaram os limites do possível para seus corpos em seu tempo e foram violentamente perseguidos através da justificativa da ordenação da cidade e do mundo de trabalho assalariado, “livre”, que tomava o lugar de séculos de escravização.

O interesse dos sujeitos dominantes ordenadores, no entanto, nos legou uma profícua documentação da performatividade desses corpos, de suas habitações e hábitos. Documentação contaminada pela ideologia de seus produtores, decerto, assim como nenhuma documentação é inocente. Essa contaminação, no entanto, nos permite observar ainda as tensões entre os projetos de cidade e civilidade em disputa, assim como vislumbrar sua diversidade de personagens, os que escreviam e os que eram descritos.

A espacialização dos dados históricos para a pesquisa funciona como escolha para recorte do espaço amostral dos dados, mas também como condição histórica pré-existente. Como disse Marx, “os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; eles não o fazem em circunstâncias escolhidas por eles mesmos, mas em circunstâncias já existentes, dadas e transmitidas pelo passado”.⁵⁸ O território é das

⁵⁸ MARX, Marx; ENGELS, Frederick. **Selected Works in Three Volumes: Volume Three**. Progress Publishers: Moscow, 1977, p. 396, [tradução livre].

importantes heranças do passado, recebida por nós da mesma maneira que foi pelos sujeitos que habitaram a várzea da virada do século. A Várzea do Carmo foi estigmatizada assim como as pessoas que nela construíram redes de sociabilidade, comunidades, hábitos e habitações: a várzea era suja por causa das pessoas, e as pessoas eram sujas por causa da várzea, tautologia que durante anos justificou a espoliação e violência contra sujeitos e modos de vida.

É através da busca por elementos do território, seus logradouros, que localizamos as pessoas, e não o contrário. Essa busca, tendo como marcador o espaço antes do sujeito, nos possibilitou um panorama rico pela diversidade mais que pelo detalhe, uma reconstrução cartográfica da ocupação do espaço em um momento de efervescência urbana, possibilitando vislumbrar como era uma “vizinhança”, e a identificação de reminiscências do passado com os quais sujeitos do presente podem se identificar e reclamar seu espaço na construção da cidade em sua materialidade e memória, enxergadas na violência policial e doutrina para o trabalho presentes hoje na região da Baixada do Glicério, mas também, felizmente, nas mulheres negras com seus turbantes, que vendem peixe seco e inhame na várzea onde um dia outra quitandeira se sentou com seus artigos.

Referências

BLUE, Ice; BROWN, Mano; OLIVEIRA, T. Roberto; WAINER, João. Extra do DVD “*Mil trutas, mil tretas*”. Sindicato Paralelo Filmes, Brasil, 2006. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=slwalSi03g8>. Acesso em: 02/08/2023.

BORIN, Monique Félix. A cidade dos botequins: comércio, trabalho e lazer na capital paulistana (1900-1910). In: *XXVI Simpósio Nacional da ANPUH - 50 anos*, 2011, São Paulo. Anais do XXVI simpósio nacional da ANPUH - Associação Nacional de História. São Paulo: ANPUH-SP, 2011. v. 1.

CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana 1890-1915*. São Paulo: Educ; Fapesp; Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial SP, 2000.

CRUZ, Heloisa de Faria. Mercado e Polícia — São Paulo 1890-1915. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 7, n. 14, mar./ ago. 1987.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. Brasiliense, 1995.

FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo, 1880-1924*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FAUSTO, Boris. *O crime da Galeria de Cristal: e os dois crimes da mala. São Paulo, 1908-1928*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

GOUVEIA, Isabel Cristina Moroz Caccia. *Da originalidade do sítio urbano de São Paulo às formas antrópicas: aplicação da abordagem da geomorfologia antropogênica na bacia hidrográfica do Rio Tamanduateí, na região metropolitana de São Paulo*. 2010. Tese (Doutorado em Geografia Física) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

GUIMARÃES, Valéria. Notícias diversas: suicídios por amor, ‘leituras contagiosas’ e cultura popular em São Paulo nos anos dez. São Paulo: Mercado das Letras, 2013.

GUIMARÃES, Valéria. Os dramas da cidade nos jornais de São Paulo na passagem para o século XX. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 27, n. 53, pp. 323-349, jun. 2007.

LUCA, Tânia Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

MARX, Marx; ENGELS, Frederick. *Selected Works in Three Volumes: Volume Three*. Progress Publishers: Moscow, 1977.

RELATÓRIO de 1915 apresentado á Câmara Municipal de São Paulo pelo Prefeito Washington Luís Pereira de Sousa. São Paulo: Casa Vanorden, 1916.

SEABRA, Odette C. de Lima. *Os meandros dos rios nos meandros do Poder: Tietê e Pinheiros: valorização dos rios e das várzeas na cidade de Paulo*. São Paulo: Alameda editorial, 2015.

SEVCENKO, Nicolau. A cidade metástasis e o urbanismo inflacionário: incursões na entropia paulista. *Revista USP*, São Paulo, v. set./nov 2004, n. 63, pp. 16-35.

SINGER, Ben. Modernidade, hiperestímulo e o início do sensacionalismo popular; In: CHARNEY, Leo; R. SCHWARTZ, Vanessa (org). *O cinema e a invenção da vida moderna*. São Paulo: Cosac & Naif Edições, 2001.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

Lista de Fontes

Correio Paulistano, 06/07/1911

Correio Paulistano, 11/07/1911

Correio Paulistano, 09/10/1915

Correio Paulistano, 21/05/1915

Correio Paulistano, 04/03/1916

Correio Paulistano, 12/02/1884

Correio Paulistano, 29/10/1911

Correio Paulistano, 14/07/1914

Correio Paulistano, 20/11/1908

Correio Paulistano, 05/02/1911

Correio Paulistano, 08/03/1914

O Commercio de São Paulo, 23/10/1904

O Commercio de São Paulo, 08/05/1907

O Commercio de São Paulo, 06/03/1909

A Província de São Paulo, 11/08/1876

O Estado de São Paulo, 06/07/1911

O Estado de São Paulo, 11/07/1911

O Estado de São Paulo, 26/07/1911

O Estado de São Paulo, 29/10/1911

O Estado de São Paulo, 09/08/1915

A Gazeta de São Paulo, 09/10/1915

A Gazeta de São Paulo, 05/05/1915

A Nação 11/08/1897

O Ytororo, n. 7, 1859

Enviado em: 31/07/2024

Aceito em: 20/02/2025